

## UNIVERSIDADE PÚBLICA PODE TER COTA PARA ÍNDIOS

Sem a exigência de vestibular, índios podem ter direito a até 5% das vagas em universidades públicas, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Página 6



## AGÊNCIA DE AVIAÇÃO CIVIL RECEBE PARECER FAVORÁVEL

Em reunião conjunta, as comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram parecer favorável ao projeto de lei que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Página 6

**RECUSA** do pagamento de R\$ 6 milhões, segundo depoente, teria retardado contrato com a Caixa

**ACAREAÇÃO** entre Waldomiro Diniz e Rogério Buratti é aprovada pela direção da CPI

**BANCO CENTRAL** destaca equipe técnica para analisar pedidos de quebra de sigilo

# Ex-diretores da Gtech acusam Waldomiro de cobrar propina



Célio Azevedo

**M**arcelo Rovai, ex-diretor de *marketing* da Gtech Brasil, informou ontem à CPI dos Bingos que Rogério Tadeu Buratti, a mando de Waldomiro Diniz – ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República –, exigiu propina de R\$ 6 milhões para que a empresa renovasse, no início de 2003, contrato com a Caixa Econômica Federal. Antônio Carlos Lira da Rocha, ex-presidente da Gtech, reiterou as informações de Rovai. Ambos negaram ter pago a propina, o que teria ocasionado atraso na assinatura do contrato. O senador Magno Malta pediu que se realizasse acareação entre Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, o que foi aceito pelo vice-presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti, que dirigia a reunião. Com o objetivo de agilizar os trabalhos da comissão, o Banco Central colocou à sua disposição equipe técnica para analisar todos os pedidos de quebra de sigilo bancário.

Página 3

**REPASSE** CPI ouve Roberto Jefferson: os R\$ 4 milhões recebidos do PT foram distribuídos a candidatos do PTB

## Dirceu gerenciava "mensalão", insiste Roberto Jefferson

Ao depor na CPI do Mensalão, o deputado Roberto Jefferson insistiu: o deputado José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil, era o gerente do "mensalão", esquema de distribuição de dinheiro a deputados.

Página 4

## CPI convoca sócia de Duda Mendonça

Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda Mendonça (publicitário que fez a campanha de Lula à Presidência da República), deve depor na CPI dos Correios. Ontem, a comissão ouviu o policial civil que fez vários saques nas contas da agência SMP&B.

Página 4

**INVESTIGAÇÃO** CPI aprova quebra do sigilo fiscal de empresa acusada de ter servido a esquema de remessa irregular de dinheiro para o exterior



Célio Azevedo



**EQUILÍBRIO** Proposta de Capiberibe quer assegurar a reprodutibilidade de recursos biológicos da região

## Projeto defende sustentabilidade da Amazônia

Vincular obrigatoriamente um mínimo de 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) a atividades produtivas que utilizem espécies animais e vegetais pertencentes à biodiversidade amazônica. Esse é o objetivo do projeto de lei de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), que fez pronunciamento ontem em defesa da proposta.

O projeto (PLS 214-05), em tramitação no Senado, altera a Lei 7.827/89, que instituiu os fundos de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O senador estipula que o produtor beneficiado com créditos do fundo deve assegurar a reprodutibilidade dos recursos de origem biológica da Amazônia utilizados no processo produtivo.

Embora a Lei 7.827 determine a preservação do meio ambiente, o senador diz que esse requisito não é observado, uma vez que os recursos do FNO estão sendo aplicados para a conversão da floresta em monocultura, "ou seja, para a sua destruição".

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou a proposta feita por Capiberibe.

# Paim apela por diálogo com grevistas do INSS

Senador sinaliza que ministro Paulo Bernardo assumiu compromisso de retomar negociações

Paulo Paim (PT-RS) apelou ontem aos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para que o governo reabra as negociações com os funcionários em greve do Instituto Nacional do Seguro Social. O senador disse ter conversado com Paulo Bernardo, que teria se comprometido a contribuir para a retomada do diálogo.

Paim pediu bom senso às



**ENTENDIMENTO** Paim clama pelo bom senso entre as partes e diz que paralisação prejudica a todos

partes, enfatizando que não interessa a ninguém desgastar a categoria e que todos são prejudicados com a paralisação.

– O movimento perde, os grevistas perdem e principalmente a população perde com a

continuidade da greve. Por isso, defendo a negociação – enfatizou ele, salientando que a greve já dura mais de 60 dias e pode se estender por mais três meses.

Paim manifestou ainda apoio à decisão tomada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, de as comissões permanentes da Casa funcionarem pela manhã, para que o Congresso possa levar adiante a votação de matérias importantes para o Brasil.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) atacou as disparidades salariais, e o senador Jefferson Péres (PDT-AM) salientou que a adoção de uma agenda mínima para o país poderia resolver problemas como o salário de servidores e o déficit da Previdência.



**HERÓISMO** Capital paraibana, segundo Maranhão, nasceu como uma "cidadela de resistência"

## Maranhão lembra os 420 anos de João Pessoa

Em discurso de homenagem aos 420 anos de João Pessoa, comemorados hoje, o senador José Maranhão (PMDB-PB) lembrou que a cidade nasceu sem ter sido vila. Foi fundada pela Coroa portuguesa como forma de conter o avanço de outras potências europeias sobre a costa do Nordeste brasileiro.

O parlamentar assinalou terem sido necessários cinco anos de expedições, mais de 11 anos de lutas e muitos milhares de vidas – a maioria de indígenas – para a ocupação da região. Nesse contexto, ele destacou, a cidade nasceu "como uma cidadela de resistência".



**MOCIDADE** Suassuna afirma que João Pessoa mantém "o vigor e a pujança" típicos da juventude

## Ney Suassuna também destaca capital paraibana

A capital da Paraíba, João Pessoa, que hoje faz 420 anos, recebeu ontem as homenagens do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A "Cidade das Acácias", lembrou o parlamentar, é a terceira cidade mais antiga do Brasil. Observou ainda que, devido às peculiaridades de sua história, tem população formada por povos de várias origens, como índios, portugueses, holandeses, franceses e negros.

– Nossa cidade não tem um semblante passivo, quase acomodado, das velhas matronas; mantém o vigor e a pujança típicos da juventude – elogiou.

## Agenda

### Plenário retoma votações na próxima semana

A sessão de hoje tem início às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina a debates de senadores e a comunicados da Mesa e das lideranças. As propostas

voltam à discussão do Plenário na próxima terça-feira, quando devem ser analisadas medidas provisórias que trancam a pauta.

### Aborto em discussão

O programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, debate na segunda-feira, às 12h, a descriminalização do aborto. Proposta nesse sentido deve ser encaminhada este mês ao Congresso. A idéia é permitir a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª

semana de vida fetal, aumentando o prazo nos casos de estupro e risco para a mulher. O programa é ao vivo e o ouvinte pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, fax (61) 3311-2777 ou pelo endereço [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).



### Exposição Fora do Armário

A Senado Galeria inaugura na segunda-feira a exposição *Fora do Armário*, do designer Thales Sabino. Orgulho gay, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), personagens da noite, política e humor são os temas da mostra.

### Perguntas e sugestões

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



O ex-presidente e o ex-diretor de *marketing* da Gtech Brasil revelam à CPI dos Bingos que Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e Rogério Tadeu Buratti exigiram propina para renovação de contrato com a Caixa

## Mozarildo pede integração de atividades

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que as CPIs que investigam a corrupção integrem seus trabalhos com a Polícia Federal, Ministério Público e Receita Federal, com o objetivo de agilizar a conclusão das investigações, apontar culpados e entregar os fatos à Justiça.

– As CPIs estão agindo por espasmos – justificou o senador, explicando que as investigações da Polícia Federal têm ultrapassado as apurações nas comissões dos Correios, dos Bingos e do Mensalão, que, segundo Mozarildo, agem de acordo com cada nova denúncia da imprensa.

O senador manifestou essa apreensão ao reportar-se a nota da coluna da jornalista Tereza Cruvinel, no jornal *O Globo* de ontem, sob o título “Já é tempo”. A matéria cobra providências em relação ao que já foi inves-



**AGILIDADE** Mozarildo quer esforço conjunto de CPIs, Polícia Federal, Ministério Público e Receita

tigado ou provado pela Polícia Federal contra implicados no esquema.

Afirmado concordar com a nota da jornalista e reconhecendo que falta sincronia entre as instituições envolvidas, Mozarildo citou como exemplo disso o fato de o Banco Central demorar para enviar documentos às comissões de inquérito. O BC, segundo ele, alega que tais documentos são requisitados aos bancos citados nas denúncias, o que dificulta o cumprimento dos prazos estipulados pelas CPIs.

– Se tivesse a oportunidade, eu lhe diria, parafraseando Roberto Jefferson: “Senhor presidente, saia daí! O senhor está colocando em risco a seriedade de um país. Saia daí! O senhor pode vitimar um país inocente” – declarou o senador, para quem Lula deveria “calçar as sandálias da humildade”.

### “Banquinho”

Mesquita Júnior afirmou que considera uma “prova inconteste” do envolvimento do presidente da República em esquemas de corrupção o fato de Lula ter assinado, em setembro de 2003, a Medida Provisória 130.

– Essa MP concedia ao Banco de Minas Gerais (BMG), instituição envolvida nas recentes denúncias, a exclusividade na operação do crédito consignado para aposentados. Com tantas instituições financeiras de porte, decidiu-se dar um privilégio desses a um “banquinho”. E o BMG agora aparece como lavanderia de um processo de corrupção que envolve pessoas como Marcos Valério, Delúbio Soares e José Dirceu.

# Depoentes confirmam chantagem de Waldomiro

O depoimento de Antônio Carlos Lira da Rocha, ex-presidente da Gtech Brasil, na tarde de ontem, seguiu na mesma linha das declarações de Marcelo José Rovai, ex-diretor de *marketing* da empresa, feitas horas antes na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos. O ex-presidente reiterou a afirmação de que foi procurado por Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e por Rogério Tadeu Buratti, no início de 2003. Eles teriam exigido, segundo os depoentes, propina de R\$ 6 milhões para viabilizar a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech, relativo à operacionalização de toda a rede lotérica no país. Tanto o ex-diretor quanto o ex-presidente da empresa negaram que a suposta chantagem tivesse sido concretizada.

– Ficou caracterizada pelos depoimentos a tentativa de suborno. Mas eu não acreditei que ela tenha sido frustrada. Vamos buscar as provas na quebra do sigilo bancário – disse o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

### Provas

O relator comunicou que, em reunião ocorrida pela manhã, o diretor do Banco Central, Henrique Meirelles, comprometeu-se a enviar à CPI as movimentações bancárias dos envolvidos antes do próximo dia 11, data em que será ouvido Waldomiro Diniz.

## CPI terá ajuda de técnicos do Banco Central

Com o objetivo de agilizar os trabalhos da CPI dos Bingos, o Banco Central vai colocar à disposição uma equipe técnica destinada a analisar todos os pedidos de quebra de sigilo bancário formulados pela comissão parlamentar de inquérito.

A garantia foi dada ontem pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a três senadores que integram a CPI e que foram pedir a ele



**PROPINA** Ex-presidente da Gtech diz que Waldomiro e Buratti exigiram R\$ 6 milhões

Para Garibaldi, Waldomiro continua sendo o principal personagem de vários episódios que envolvem chantagens para aquisição de vantagens escusas. Ele não estava praticando isso sozinho, avaliou o relator. O papel da CPI, acrescentou, é reunir as provas mais contundentes possíveis.

A comissão também deveria ter ouvido nesta mesma reunião o advogado da Fisher & Foster, que prestava serviços de consultoria jurídica para a Gtech, Enrico Gianelli, que não compareceu. Segundo os depoentes, o advogado teria passado informações da Gtech a terceiros, a fim de auxiliar um suposto processo de contratação de Rogério Buratti para facilitar a renovação do contrato da empresa com a Caixa. O relator informou ainda que, se Enrico Gianelli não comparecer à CPI para depor na próxima terça-feira, caberá à Polícia Federal tomar as providências no sentido de obrigá-lo a comparecer.

Meirelles informou aos senadores que a demora na entrega de toda a documentação solicitada não é culpa do BC, mas de bancos que atrasam o envio das informações. Geralmente,

**Atraso**  
Ex-diretor de *marketing* da Gtech Brasil, Marcelo José Rovai confirmou, em seu depoimento à comissão de inquérito, que Rogério Buratti, a mando de Waldomiro Diniz, exigiu propina de R\$ 6 milhões para que a empresa renovasse, no início de 2003, o contrato com a Caixa Econômica Federal.

A tentativa de extorsão, observou Rovai, ocasionou atraso na renovação do contrato com a CEF, assinado somente em abril de 2003 pelo período de 25 meses.

Marcelo Rovai, que já teve o seu sigilo bancário quebrado, a exemplo da Gtech, não soube informar, entretanto, ao ser indagado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em nome de quem Waldomiro e Buratti abriram as negociações entre a Gtech e a Caixa. Mas afirmou que ambos “caíram de pára-quadras na semana da assinatura do contrato, tentando somente extorquir a empresa”.

O senador Magno Malta (PL-ES) pediu a realização de acatamento entre Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, o que foi aceito pelo vice-presidente da CPI, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Tião Viana (PT-AC), por sua vez, chegou à conclusão de que o depoimento de Rovai demonstrou claramente que ele havia centralizado todas as suas críticas de 2003 para cá, ou seja, no atual governo.

as solicitações são enviadas num prazo de dez dias. Meirelles adiantou, entretanto, que a partir de hoje, no mais tardar, a comissão vai começar a receber as primeiras quebras de sigilo bancário.

Participaram da reunião com Henrique Meirelles os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), vice-presidente da CPI; Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator; e Romeu Tuma (PFL-SP).



**EVIDÊNCIA** Para Mesquita Júnior, MP 130 confirma envolvimento de Lula em esquema de corrupção

## Mesquita Júnior diz que falta humildade a Lula

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou que, apesar das recentes denúncias de corrupção, mantém suas esperanças no aperfeiçoamento da democracia brasileira. E que, justamente para que isso ocorra, é necessário “apurar com profundidade os fatos”. Ele também disse que falta humildade ao presidente da República, e acrescentou que Lula deveria se desculpar publicamente.



Depoimento de Davi Rodrigues Alves, que fazia transporte de valores para Marcos Valério, pouco acrescenta às investigações da CPI dos Correios. Roberto Jefferson reitera acusações a ex-ministro-chefe da Casa Civil em oitiva na CPI do Mensalão

## Policiaf afirma que só transportava dinheiro

No depoimento mais curto desde o início dos trabalhos da CPI dos Correios (durou 3h26), o policial civil Davi Rodrigues Alves afirmou ontem que apenas transportava valores que pegava em uma das agências do Banco Rural de Belo Horizonte e levava até a empresa de publicidade SMP&B, de Marcos Valério. Davi disse que transportou dinheiro várias vezes em 2003, até três vezes no mesmo dia.

O policial é acusado de ser o segundo maior sacador de recursos das contas das empresas de Marcos Valério, tendo movimentado cerca de R\$ 6 milhões. Ele informou que ia às agências, procurava o tesoureiro, que já estava avisado de sua ida, tinha seus documentos conferidos, pegava o dinheiro, que era entregue em pacotes pequenos, “do tamanho de caixas de celulares”, e levava para a agência.

Davi contou que, depois de entregar os pacotes, não tomava conhecimento do

destino do dinheiro. Os recursos eram levados para a SMP&B e entregues a Cristiano Paz, sócio da empresa; Simone Vasconcelos, diretora financeira; ou Geisa Dias dos Santos, funcionária.

Ele afirmou que fazia o serviço para complementar a renda e não imaginava que fosse aparecer como sacador, uma vez que se vê apenas como um transportador. Ao deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Davi disse que recebia entre R\$ 50 e R\$ 100 pelo transporte.

– Não via nenhuma irregularidade no que eu fazia – comentou.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), observou que o depoimento de Davi deixou claro que Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMP&B, que depôs na quarta-feira, pode ter cometido falso testemunho, uma vez que garantiu não conhecer e nunca ter ouvido falar no policial civil.



BICO Davi Rodrigues Alves (C) diz que entregava valores na SMP&B para complementar renda

## Sócia de Duda Mendonça vai depor

A CPI dos Correios aprovou ontem a convocação da sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar Fernandes da Silveira, acusada pela diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, de sacar mais de R\$ 15 milhões das contas das empresas de Marcos Valério.

A comissão acolheu mais 21 requerimentos. Entre eles pedido do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) determinando que o Ministério das Relações Exteriores e a Casa Civil peçam informações à Portugal Telecom sobre tratativas feitas por Marcos Valério com o Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações de Portugal.

Foi aprovada ainda a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Guaranhuns, acusada de ser usada por Marcos Valério em esquema de lavagem de dinheiro e remessa irregular de divisas ao exterior. O senador Alvaro Dias (PSDB-

PR) teve aprovado requerimento em que solicita informações ao Banrisul sobre as operações da empresa Export Trading, nas Ilhas Cayman.

Também foi acolhido requerimento que pede à Polícia Federal documentos apreendidos no escritório de contabilidade Prata, Castro e Associados, que atende a empresas de Marcos Valério. A deputada Denise Frossard (PPS-RJ) teve aprovado requerimento em que pede ao Ministério Público cópia do depoimento do ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho e nova oitiva com ele, que é acusado de receber propina de R\$ 3 mil.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou sua indignação com a existência de documento convocando-a para depor. Ela exigiu que a solicitação, do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), fosse aprovada ainda ontem, mas, após discussão, o autor decidiu retirá-lo.



DENÚNCIAS Roberto Jefferson (ao microfone) presta depoimento a integrantes da CPI do Mensalão

## Jefferson identifica José Dirceu como gerente do "mensalão"

Ao depor na CPI do Mensalão, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) garantiu que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu era o organizador do esquema de arrecadação e destinação de recursos para os partidos aliados, com a finalidade de assegurar votos para os projetos de interesse do governo, que ficou conhecido como “mensalão”.

– Marcos Valério, Delúbio Soares e Sílvio Pereira não teriam capacidade de montar o esquema milionário. Foi José Dirceu quem urdiu as negociações, auxiliado pelo ex-ministro da Comunicação Luiz Gushiken. O presidente Lula não sabia de nada porque preferiu ser chefe do Estado, preocupado com negociações de alto nível – assegurou.

Jefferson disse que os deputados Valdemar Costa Neto (PL), Carlos Rodrigues (PL), Pedro Henry (PP) e José Janene (PP) fizeram saques durante 2003 e 2004 para repartir os recursos dentro dos partidos.

Ele voltou a afirmar que o PTB não recebia mesada, porque não queria se submeter a uma situação escravizadora. O deputado acrescentou que, se a diretora

da SMP&B, Simone Vasconcelos, disse que Emerson Palmieri (tesoureiro do PTB) fazia saques, terá que prová-lo.

O deputado admitiu apenas que o partido fez dois saques de R\$ 100 mil, dinheiro retirado em janeiro de 2004 por Alexandre Chaves, motorista de José Carlos Martinez, falecido ex-presidente do PTB, para resolver um problema de sua filha.

Para explicar o surgimento do “mensalão”, Jefferson destacou que, ao assumir o poder, o PT decidiu não distribuir parcelas desse poder para uma “burguesia corrupta que poderia alugar”.

– Como não queria dividir poder, tinha de comprar apoio, daí surgiu o “mensalão” para o PL e o PP – afirmou.

Jefferson lembrou que, a partir de fevereiro de 2005, quando denunciou o fato ao presidente Lula, o sistema foi interrompido, “com uma recaída em março”, e foi extinto definitivamente em junho, quando o jornal *Folha de S. Paulo* publicou suas denúncias.

O deputado observou que o esquema montado pelo PT e Marcos Valério é muito maior do que supunha.

## Deputado diz que repassou R\$ 4 mi

O deputado Roberto Jefferson assegurou ontem em depoimento à CPI do Mensalão que repassou a candidatos do seu partido R\$ 4 milhões, que teria recebido do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Jefferson, nenhum deles tem hoje mandato legislativo. O deputado negou-se a citar nomes dos supostos beneficiários.

Jefferson repassou para Marcos Valério a responsabilidade de explicar a informação que o publicitário deu à Procuradoria Geral da República, de que o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, teria recebido R\$ 2,4 milhões. Segundo o deputado, esse montante estaria

incluído nos R\$ 4 milhões recebidos do PT e, com isso, Marcos Valério foi quem forneceu um valor a menor para a Procuradoria.

Os R\$ 4 milhões, conforme Roberto Jefferson, foram entregues em duas remessas. A primeira, de R\$ 2,2 milhões, e a segunda, de R\$ 1,8 milhão. O próprio Marcos Valério teria ido à sede do partido com as duas malas e feito o repasse para Jefferson.

O deputado também comunicou que ouviu do ex-presidente nacional do PTB José Carlos Martinez, falecido em outubro de 2003, que recebeu R\$ 1 milhão do Partido dos Trabalhadores.



Líder do PSDB cita casos de parlamentares que foram punidos por irregularidades cometidas quando não estavam em exercício; líder da Minoria acusa o presidente da República de usar eventos oficiais para iniciar campanha visando às eleições de 2006



**SERENIDADE** Magno Malta: "é preciso responder à sociedade com equilíbrio, mantendo firmes as instituições"

## Para Magno Malta, CPIs vão dar respostas

O senador Magno Malta (PL-ES) disse acreditar que as investigações parlamentares sobre denúncias de corrupção envolvendo o governo Luiz Inácio Lula da Silva e políticos da base aliada vão dar as respostas cobradas pela sociedade. Ele observou que o que foi feito nas trevas está vindo à luz.

– É preciso responder à sociedade com equilíbrio, respeitando o Parlamento e mantendo firmes as instituições – assinalou.

Integrante da CPI dos Bingos, Magno Malta considerou estupefante o depoimento do ex-diretor de Marketing da Gtech do Brasil Marcelo José Rovai. O depoente acusou Rogério Buratti, ex-assessor do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil Waldomiro Diniz, de cobrar propina de R\$ 6 milhões na renovação de contrato da empresa com as loterias da Caixa Econômica Federal. Malta afirmou que Waldomiro e Buratti vão depor na CPI na próxima semana.

O senador também comentou, em Plenário, artigo do jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, com análise de que o estado não foi atingido pela crise política que se desenrola em Brasília.



**CRÍTICA** Antonio Carlos diz que nunca viu "coisa mais nojenta do que o ocorrido em setores do governo"

# Arthur Virgílio afirma que Dirceu pode ser cassado

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, citou ontem casos precedentes de parlamentares cassados por atos cometidos antes de assumirem seus mandatos. No dia anterior, em questão de ordem por ele levantada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu que o deputado José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, somente poderia ser cassado por irregularidades praticadas durante seu mandato.

– Dirceu usou de valentia falsa ao dizer que não renunciaria. O eleitor desavisado pode achar que ele é diferente de Valdemar Costa Neto, que renunciou, mas não há bravura nisso. Ele está se sentindo acobertado porque não



**BAZÓFIA** Arthur Virgílio: "Dirceu usou de valentia falsa ao dizer que não renunciaria ao mandato de deputado"

estava no exercício da atividade parlamentar – observou.

O senador mencionou o caso do então senador Luiz Estevão,

cassado por desviar dinheiro público do Tribunal Regional do Trabalho, e do deputado federal Hildebrando Pascoal, acusado de chefiar um esquadrão da morte no Acre.

Arthur Virgílio ressaltou que a maioria dos parlamentares do PT é honrada e uma minoria, de forma articulada, está eivando a coisa pública. Ele revelou preocupação pela impossibilidade de dimensionar a crise e o desejo de que ela se encerre. O senador avaliou que a crise ganhou dinâmica própria e é "avassaladora".

– Cheguei a ter a ilusão de que as denúncias cessariam. Nunca foi assim. O caso Fernando Collor é um juizado de pequenas causas perto do que está aí – afir-



**MOROSIDADE** Pedro Simon afirma que lentidão para iniciar inquérito deu dimensão maior à crise política

## Simon: demora da CPI dos Bingos agravou crise

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que a CPI dos Bingos não tenha sido criada há um ano e nove meses, quando estourou escândalo envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, acusado de cobrar propina em contratos das loterias federais. A demora em iniciar essa investigação, na sua opinião, deu uma dimensão ainda maior à crise que se abateu sobre o cenário político.

– A culpa foi do Senado por não ter criado na hora oportuna a CPI – afirmou.

Simon criticou a decisão de alguns líderes partidários de não indicar, à época, os integrantes da CPI. Disse ainda que, diante dessa recusa, o senador José Sarney (PMDB-AP), então presidente do Senado, teria a obrigação de fazê-lo. No entanto, Sarney decidiu pelo arquivamento do requerimento da CPI dos Bingos. Sua instalação só ocorreu há cerca de um mês, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao comentar a decisão de Sarney, Simon afirmou que não teve intenção de agredi-lo, segundo teria dito o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



**ACUSAÇÃO** Para José Jorge, Lula usou recursos públicos para iniciar a campanha eleitoral de 2006

José Jorge responsabilizou o governo pela crise política. Destacou que todos os envolvidos têm relação com a base ou com o próprio governo, citando o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério. Ele argumentou que ninguém da oposição foi envolvido de forma relevante.

## José Jorge diz que pedirá ao MP que processe Lula

José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria no Senado, anunciou ontem que entrará com representação junto ao Ministério Público contra o presidente da República solicitando que ele seja processado por crime de responsabilidade. O senador argumentou que, em discurso feito em Garanhuns (PE) na última quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou um ato governamental, bancado com recursos públicos, para dar início à campanha eleitoral de 2006. Na ocasião, o presidente reivindicou o direito de concorrer à reeleição e disse que seus opositores teriam que "engoli-lo".

O senador afirmou que o go-

verno "se especializa em criar ilusões", uma vez que se diz "perseguido pelas elites" e alega que a responsabilidade da crise é da imprensa e da oposição.

– Não há ninguém da elite que não esteja satisfeita com o governo, que mantém tão altas as taxas de juros. A elite ganha dinheiro com aplicações, diferente da classe trabalhadora – rebateu.

Para José Jorge, a idéia de que a economia está crescendo também é ilusão. Ele fez referência a estudo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) indicando que o Brasil só crescerá mais que Haiti e El Salvador na América Latina.

## ACM: "Não haverá acordão nem acordinho com o governo"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustentou da tribuna que "não haverá acordão, nem acordo e nem acordinho" com o governo, frisando que o seu partido não abre mão de investigar denúncias de corrupção. Informou ter ficado estupefante ao ouvir na CPI dos

Bingos o depoimento de Marcelo José Rovai, ex-diretor de Marketing da empresa Gtech.

– Nunca neste país vi coisa mais nojenta do que o ocorrido em vários setores desse governo – disse o senador, referindo-se às afirmações do ex-diretor da Gtech de que Rogério Buratti,

a mando de Waldomiro Diniz, teria exigido propina de R\$ 6 milhões da empresa para renovar contratos com a Caixa Econômica Federal.

Buratti foi assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e Waldomiro trabalhou na Casa Civil, com o ex-ministro

José Dirceu.

– O ministro Palocci é um homem sério, mas tem de tomar cuidado para que assessores não maculem seu nome. Pelo depoimento, vê-se que Rogério Buratti manda muito na República. Só não manda mais que Marcos Valério – ironizou.

# Agência de Aviação Civil aprovada sem emendas

■ Proposta que retira poderes da Aeronáutica ainda será analisada por mais duas comissões

As comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovaram ontem parecer favorável ao projeto de lei (PLC 62) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Pela proposta, a Anac deverá regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária e terá sede no Distrito Federal. O projeto depende ainda de análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), além do Plenário.

O relator do projeto, senador Delcídio Amaral (PT-MS), lembrou, em seu relatório, que o Brasil possui dimensões continentais, o que torna a aviação indispensável como fator de integração nacional e de desenvolvimento econômico. Delcídio afirmou ainda que o país detém uma aviação respeitada internacionalmente tanto pelo tamanho da sua frota quanto pelos índices de segurança alcançados. Na opinião do relator, o momento é adequado para a transferência da regulação e da fiscalização do setor – atribuídas atualmente à Aeronáutica – para a Anac.

– A criação de uma agência reguladora é condição indispensável para a construção de um marco regulatório capaz de atrair investimentos e de proteger os consumidores. A criação da Anac permitirá à

Força Aérea se concentrar na sua missão precípua, que é a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem – observou.

Todas as 32 emendas apresentadas ao projeto foram rejeitadas. O relator avaliou que o projeto pode sofrer ajustes posteriores em acordo com o governo federal. Como exemplo, citou a emenda 31, apresentada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), que prevê a transferência, para a nova agência, de empregados que já executam serviços nas áreas de regulação, fiscalização e infra-estrutura aeronáutica.

O presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), destacou que, se as emendas forem acolhidas, o projeto terá de voltar à Câmara, o que, a seu ver, atrasará a criação da Anac.



José Cruz

**PROTEÇÃO** Senadores da CAS também acatam projeto que assegura à mulher grávida direito de pleitear ajuda financeira ao suposto pai

## Comissão aceita cota para índios em universidades

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que reserva até 5% das vagas de universidades públicas para os índios, sem a exigência de vestibular. A proposta (PLS 135/00), de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi adotada na forma de substitutivo apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) e será encaminhada à Comissão de Educação (CE).

Também recebeu parecer favorável projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que assegura à gestante o direito de pleitear ajuda financeira ao suposto pai, como forma de garantir uma gravidez saudável (PLS 62/04).

A CAS aprovou ainda parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 42/05) que substitui a expressão “atendimento médico”, contida no *caput* do artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por “atendimento integral à saúde”. A matéria segue para o Plenário.

Foi aprovado também requerimento dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) que convida autoridades da área de saúde para audiência de instrução do projeto de lei que cria o Serviço Social da Saúde (SES) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senas), de autoria do então senador Geraldo Althoff (PLS 131/01).

## Varig anuncia apoio à campanha do desarmamento

A empresa aérea Varig decidiu apoiar a campanha pelo desarmamento. A iniciativa foi anunciada ontem ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, pelo presidente do Conselho de Administração da empresa, David Zylberstajn, que mostrou o material de divulgação que está sendo preparado para defender o voto “sim” à proibição do comércio de armas no Brasil, no referendo do próximo dia 23 de outubro.

Segundo Zylberstajn, a Varig atende hoje mais de 30 mil pessoas por dia e possui um

*mailing list* do programa de milhagem Smiles com mais de 5 milhões de pessoas. Além disso, acrescentou, a empresa vai veicular seu apoio em pôsteres, placas nos balcões de embarque, nos avisos sonoros de embarque e desembarque, nas instruções da tripulação e nos revestimentos dos encostos das poltronas dos seus aviões.

Renan agradeceu à Varig e disse que a iniciativa estimulará outras empresas a apoiar a campanha. Ele anunciou que nesta terça-feira haverá uma reunião da Frente Parlamentar para a definição da campanha.



Geraldo Mingella

**"SIM"** David Zylberstajn (E) mostra ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pôster que será distribuído nos aeroportos do país



Jane Araújo

**DECISÃO** Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR) analisam criação da Anac



Célio Azevedo

**EXEMPLO** Suplicy defende tese de vencedor do Prêmio Nobel em 2001

## Suplicy destaca análise de Stiglitz sobre juros altos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem em Plenário trechos da análise do economista norte-americano Joseph Stiglitz sobre a economia brasileira. Em seminário realizado no Rio de Janeiro, o Prêmio Nobel de Economia de 2001 teria afirmado que a política de juros altos impede a geração de empregos.

Em vez de concentrar esforços no combate à inflação, o governo deveria, na opinião de Stiglitz, se empenhar em uma política de crescimento voltada para a erradicação da fome e da pobreza. A conquista de altas taxas do produto interno bruto (PIB) também teria sido avaliada como insignificante por Stiglitz se não representar melhoria no padrão de vida.

Suplicy anunciou ainda a realização de ato público em defesa das bandeiras históricas do PT, hoje, às 19h, no Centro de São Paulo.

## Bancada do RN aponta "descortesia" de ministra

Os senadores potiguares protestaram ontem contra o que chamaram de descortesia da ministra da Casa Civil, Dilma Roussef. Ela cancelou um encontro que teria com parlamentares do estado para tratar da construção de uma refinaria de petróleo pretendida pelo Rio Grande do Norte, mas que deverá ser implantada em Pernambuco.

– O estado tinha uma expectativa enorme de sediar a refinaria, uma vez que temos vantagens técnicas sobre os outros estados – afirmou o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), explicando que a construção dessa refinaria vem sendo estudada há alguns anos e desejada por todos os estados nordestinos.

Fernando Bezerra (PTB-RN) classificou a decisão como uma injustiça e disse que o governo deve explicações. Ele também reclamou recursos para a construção de um aeroporto internacional e investimentos nas rodovias e ferrovias do estado.

José Agripino (PFL-RN) ressaltou que não aceitará que o seu estado seja preterido sem compensações. Ele queixou-se também do fato de a ministra não ter recebido os senadores e deputados federais do Rio Grande do Norte, uma vez que a audiência, previamente marcada, foi cancelada de última hora e Dilma Roussef recebeu apenas a governadora do estado, Wilma de Faria.

Jane Araújo



**INVESTIGAÇÃO** Em reunião presidida por Crivella (à esquerda, ao lado do relator João Magno) também foi aprovada audiência em Governador Valadares

## CPI da Emigração Ilegal envia representantes à Inglaterra

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal decidiu ontem enviar representantes à Inglaterra para tratar das investigações sobre o assassinato do brasileiro Jean Charles Menezes pela polícia inglesa. A data da viagem, porém, não foi ainda marcada.

O presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), disse que os brasileiros que vivem no exterior precisam da proteção do Estado brasileiro. Crivella ressaltou que os consulados e embaixadas brasileiras no exterior têm de ser bem aparelhados e preparados para atender aos brasileiros.

– Se nós pensarmos que existem, lá na Inglaterra, milhares de jovens brasileiros, que se encontram vulneráveis porque

não têm seus documentos de migração legalizados, a nossa visita agora será muito mais necessária – declarou Crivella.

Em viagem na semana passada aos Estados Unidos para acompanhar um grupo de 318 brasileiros presos naquele país por imigração ilegal, o senador constatou que faltam recursos aos consulados para atender aos brasileiros.

A comissão de inquérito marcou para os dias 18 e 19 de agosto audiências na cidade de Governador Valadares (MG) para investigar a ação dos “coyotes” – grupos criminosos que organizam emigração ilegal para os Estados Unidos pelas fronteiras do México.

Jane Araújo



**ESCOLHA** Presidente da CRE, Cristovam (E) observa Gerson Camata, Mão Santa e Fernando Bezerra, durante votação para as embaixadas brasileiras

## Novos embaixadores para Luxemburgo e Bangladesh

Foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) parecer favorável às designações dos novos embaixadores brasileiros em Luxemburgo e na República Popular de Bangladesh. O atual embaixador na Bélgica, Jerônimo Moscardo de Souza, foi indicado para acumular o cargo de embaixador em Luxemburgo; e o embaixador na Índia, José Vicente de Sá Pimentel, para acumular o cargo em Bangladesh.

A CRE aprovou também quatro requerimentos relativos aos atentados terroristas ocorridos no dia 7 de julho, em Londres, de autoria dos senadores José Jorge (PFL-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Batista Motta (PMDB-ES) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em 1997, também foi acolhido na reunião da CRE.

# Presidente do Parlamento Europeu visita o Senado

■ A relação entre Brasil e Europa e a criação de parlamento dos países sul-americanos foram discutidas no encontro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente do Parlamento Europeu, deputado Josep Borrel Fontelles, que vem defendendo a tese de que a Europa se volte mais para o Hemisfério Sul e priorize suas relações com a América Latina.

No encontro, Renan mencionou a contribuição europeia à formação do povo brasileiro e destacou a importância da intensificação desses laços. Para o presidente do Senado, tanto os países da Europa quanto os da América do Sul só têm a ganhar com a aproximação.

Ao observar ser a Europa a principal parceira comercial do Brasil, Renan Calheiros considerou importante conhecer a experiência do Parlamento Europeu como modelo para a criação do Parlamento do



**NORMALIDADE** Na conversa com Josep Borrel (D), o presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que a crise política não afeta a estabilidade do país

Mercosul. Por isso, ele pretende retribuir a visita de Josep Borrel o mais brevemente possível.

O deputado espanhol, por sua vez, elogiou a ideia de criação de um parlamento multinacional para os países sul-americanos.

A crise política enfrentada pelo Brasil também foi assunto da reunião. Renan brincou ao afirmar que Josep Borrel encontrava o Brasil com uma temperatura política elevada e assegurou estar fazendo tudo para conduzir de forma coerente as investigações realizadas pelas comissões parlamentares

de inquérito em funcionamento, a fim de que sejam punidas as pessoas comprovadamente culpadas.

O senador disse ao visitante que não há irregularidades apontadas contra o Senado, concentrando-se as denúncias na Câmara dos Deputados. Também ressaltou que, apesar de as irregularidades parecerem sistêmicas, não o são, transcorrendo as investigações dentro da mais absoluta estabilidade institucional. Do gabinete, Renan Calheiros acompanhou Josep Borrel a uma visita ao Plenário.

## Brasil é elogiado por garantir direito dos índios

Documento de agradecimento pela decisão do governo brasileiro de homologar a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol foi entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado italiano, senador Enrico Pianetta. Renan considerou que o gesto foi um reconhecimento pelo que o Brasil tem realizado na área de direitos humanos. Pianetta se manifestou no mesmo sentido.

O senador italiano afirmou ainda que este é um grande momento do relacionamento entre o Brasil e a Itália. “Temos as mesmas ideias e princípios nos campos dos direitos humanos e da democracia. É um sinal muito importante.”

Renan também falou do referendo que o país realizará em outubro para que a população responda se deseja ou não proibir o comércio de armas de fogo.



**DEFESA** Juvêncio (E) recebe de Enrico Pianetta, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da Itália, carta com assinatura de 50 mil italianos

## Italiano apóia demarcação da Raposa Serra do Sol

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), recebeu das mãos do presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado italiano, Enrico Pianetta, cópia de carta, assinada por 50 mil cidadãos italianos e destinada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de apoio à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

No encontro, Juvêncio disse ao parlamentar italiano e aos seus acompanhantes que a questão indígena no Brasil estaria muito mal colocada, necessitando de reestruturação jurídica.

– A Fundação Nacional de Assistência ao Índio está muito acanhada, sem recursos e desestruturada. O Estatuto do Índio está defasado e precisa ser reformulado – observou Juvêncio.

J. Freitas

José Cruz



**CONSTATAÇÃO** Com base na Cepal, Mão Santa afirma que Brasil só vai crescer mais que Haiti e El Salvador

## Política de juros altos prejudica crescimento, diz Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) citou da tribuna notícia informando que, na América Latina, só o Haiti e El Salvador vão crescer menos que o Brasil, conforme previsão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). O senador também destacou declarações de Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, para quem o

Brasil está errando por manter juros altos com a finalidade de segurar a inflação.

Mão Santa observou que, de acordo com a Cepal, o crescimento médio da América Latina e Caribe será de 4,3% neste ano, enquanto a economia brasileira deve aumentar 3%. "A Argentina vai crescer quase 10% neste ano. A gente ganha

deles no futebol, mas leva de goleada em crescimento."

O senador leu trecho de entrevista de Stiglitz em que ele lamenta que o Fundo Monetário Internacional incentive a elevação dos juros para controlar a inflação, quando nos Estados Unidos o banco central fiscaliza o emprego e o crescimento, "e não apenas a inflação".

– Em resumo, manter altas taxas de juros e, simultaneamente, falar que criar empregos é prioridade é querer enganar a população brasileira. É cinismo – disse ele.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) qualificou os discursos de Mão Santa como "uma crônica do sofrimento dos brasileiros".

## Motta quer reduzir a isenção às exportações

■ Objetivo é diminuir remessa de minérios e aumentar venda de produtos com maior valor agregado

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que visa retomar – pela metade – a cobrança de impostos sobre determinados produtos destinados à exportação que estão isentos de tributação devido à Lei Kandir. Motta ressaltou que os produtos de que trata seu projeto se restringem "a produtos primários de origem extrativista, mineral e vegetal, que não se destinam a consumo humano ou animal, e que sejam riquezas não-renováveis, como minério, ouro e blocos de granito utilizados como rochas ornamentais".

Um dos objetivos da PEC,



**INICIATIVA** Proposta de Motta retoma pela metade tributação de produtos isentos pela Lei Kandir

explicou, é reduzir as exportações de produtos *in natura* para privilegiar as vendas externas de produtos com maior valor agregado. Ele citou como exemplo o caso do minério de ferro. Segundo Motta, foram exportados, no ano passado, 218 milhões de toneladas da matéria-prima, que teriam gerado receitas de US\$ 4,7 bilhões. Em contrapartida, destacou, as ex-

portações de laminados planos derivados de aço ou ferro – ou seja, com maior valor agregado – alcançaram US\$ 2 bilhões em 2004, a partir de um volume muito menor: 3,4 milhões de toneladas.

– Além disso, continuando assim, não teremos mais minério de ferro no país dentro de 30 anos. É por isso que estou propondo que os produtos *in natura* paguem 50% dos impostos que são cobrados no mercado interno, de forma que a isenção deles caia pela metade – declarou.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apoiou a proposta de Motta, afirmando que "essa PEC vai tirar algum recurso daqueles que, hoje, mais ganham com as exportações". Camata também disse que a medida vai beneficiar os estados exportadores, que, com a adoção da Lei Kandir, "tiveram suas arrecadações enormemente reduzidas".



**AVANÇOS** Efraim fala sobre a democratização da informação durante a abertura do seminário regional que o Interlegis realiza em Florianópolis

## Interlegis recebe elogios de Efraim e Bornhausen

O primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), destacou o papel que vem sendo exercido pelo Interlegis na democratização da informação em todas as esferas do Poder Legislativo no país. A declaração foi feita ontem, em Florianópolis, na abertura do 5º Seminário Regional Interlegis – Região Sul, que conta com a participação de aproximadamente 500 pessoas, incluindo parlamentares dos estados sulistas.

Comunidade virtual do Parlamento brasileiro, o Interlegis, segundo Efraim Morais, vai

permitir que até o fim deste ano todas as câmaras legislativas possam acessar informações compartilhadas e discutir em rede os problemas do país.

Ainda na sessão de abertura, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), após defender a reforma política, considerou ser necessária no país "uma ação permanente de qualificação do homem público brasileiro". Nesse sentido, ele acredita que o Interlegis ocupa lugar especial, sobretudo no desenvolvimento da função de vereador, "o mandato mais nobre que existe no parlamento".

## Pavan cobra fundo para compensar estados

Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal a criação de um fundo de compensação para estados e municípios por perdas causadas pela isenção da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações. Pavan afirmou que estados e municípios estão "à beira da bancarrota fiscal" devido às perdas na arrecadação causadas por essa medida adotada pelo governo federal, com a aprovação da chamada Lei Kandir, como forma de desonerar as exportações.

A Lei Kandir, aprovada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, retirou o



**ALERTA** Leonel Pavan adverte para perdas impostas ao ICMS com a desoneração das exportações

ICMS oriundo das exportações da composição do percentual de recursos tributários destinados a estados e municípios. Os governadores, observou Pavan,

querem agora revogar a Lei Kandir, que estão considerando inconstitucional por prejudicar a Federação.

O senador manifestou seu apoio aos governadores, condenando o avanço cada vez maior da União sobre recursos da economia, restringindo o direito dos estados de arrecadarem sobre a circulação de recursos financeiros internos.

– Temos que evitar que estados e municípios continuem perdendo. Em 2004, os repasses de recursos tributários da União para a Federação caíram cerca de 30%, o que inviabiliza investimentos em escolas, saúde e infra-estrutura – disse.

## Relatório de César Borges fortalece o Cade

Com cinco emendas do relator, senador César Borges (PFL-BA), recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei Complementar 412/03, que concede poderes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e o sistema financeiro nacional. A proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

– É importante ressaltar que



**MUDANÇAS** César Borges destaca que emendas foram sugeridas pelo próprio colegiado e pelo BC

essas emendas decorrem de sugestões que foram apresentadas pelo Banco Central e pelo Cade, com a aquiescência da liderança do governo – explicou o senador em seu relatório.